



ANEXO DA PORTARIA Nº 3.386/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2013.

UF GO	MUNICÍPIO LUZIANIA	ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZIANIA	NÚMERO DA PROPOSTA 07556.717000/1130-29	VALOR 1.998.400,00	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.302.2015.8535.0001	PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003
SP	GUARUJÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJA	11814.454000/1130-07	242.040,00	10.302.2015.8535.0001	0003
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURINHOS	53415.717000/1130-01	351.698,00	10.302.2015.8535.0001	0003

ANEXO DA PORTARIA Nº 3.417/GM/MS, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

UF CE	MUNICÍPIO SÃO GONCALO DO AMARANTE	ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO GONCALO DO AMA-RANTE	NÚMERO DA PROPOSTA 12045.640000/1130-09	VALOR 733.963,24	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.302.2015.8535.0001	PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003
-------	-----------------------------------	---	---	------------------	--	-------------------------

PORTARIA Nº 721, DE 2 DE MAIO DE 2014

Altera a classificação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Arcoverde (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3, e suas formas de financiamento, resolve:

Art. 1º Fica alterada a classificação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), de Tipo 2 para Tipo 3, do Município a seguir relacionado:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	NOME FANTASIA	RAZAO SOCIAL	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE ADESAO À REDE DE CUIDADOS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PE	260120	Arcoverde	3728161	Centro de Especialidades Odontológi-cas de Arcoverde	Prefeitura Municipal de Arco-verde	Nº 118/GM/MS, de 19 de janeiro de 2006.	Nº 2.496/GM/MS, de 1 de novembro de 2012.

§ 1º O Município, de que trata este artigo, deixará de receber R\$ 11.000,00 (onze mil reais) e passará a receber o valor de R\$ 19.250,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta reais) referente ao incentivo financeiro destinado ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal.

§ 2º O Município, de que trata este artigo, deixará de receber R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e passará a receber o valor de R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais) referente ao recurso adicional do incentivo financeiro destinado ao custeio mensal de Adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências, regulares e automáticas, dos valores mensais, para o Fundo Municipal de Saúde correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada, sendo PO 0002 referente ao recurso citado no § 1º do art. 1º, e o PO 0003 referente ao recurso citado no § 2º do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2013.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 2.834/GM/MS, de 26 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 230, de 27 de novembro de 2013, Seção 1, página 90.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 722, DE 2 DE MAIO DE 2014

Habilita recebimento de incentivo de custeio de polos do Programa Academia da Saúde em Municípios com NASF implantado.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o fi-nanciamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.681/GM/MS, de 7 de novembro de 2013, que redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.684/GM/MS, de 8 de novembro de 2013, que redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos e de custeio e no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou no Município e o Programa Academia da Saúde; e

Considerando a Portaria nº 24/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que redefine o cadastramento do Programa Academia da Saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os polos do Programa Academia da Saúde construídos com recurso de investimento do Ministério da Saúde, descritos no anexo a esta Portaria, no código 81.12, a receberem recursos referentes ao incentivo de custeio das ações do Programa Academia da Saúde, em Municípios com NASF implantado.

§ 1º Os incentivos serão transferidos de forma regular e mensal, fundo a fundo, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por polo, mediante a vinculação a um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e o cadastro de, pelo menos, um profissional com 40h semanais ou dois profissionais com 20h semanais cada, conforme anexo I da Portaria nº 24, de 14 de janeiro de 2014.

§ 2º Para fins de recebimento do incentivo de custeio, será considerada a competência financeira de janeiro de 2014.

§ 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência automática desses valores para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção á Saúde, como parte integrante do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.20AD - Piso de Atenção Básica Vá-riável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

LISTA DOS POLOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DE INCENTIVO DE CUSTEIO DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES
BA	ABARE	290020	6886507
BA	ANDARAI	290130	7392281
CE	CASCADEL	230350	7281668

CE	CEDRO	230380	7254792
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	230426	7375808
CE	NOVA OLINDA	230920	7258267
CE	PIRES FERREIRA	231095	7375840
CE	REDENCAO	231160	7414161
CE	SABOEIRO	231190	7368690
MA	MATA ROMA	210640	7332602
MA	MATA ROMA	210640	7332645
MG	VESPASIANO	317120	7289111
PA	ANAPU	150085	7291116
PA	SAO JOAO DE PIRABAS	150747	7370474
PI	BETANIA DO PIAUI	220173	7185383
PR	ASTORGA	410210	6875084
PR	ASTORGA	410210	7293526
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	410305	7364261
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	410305	7364288
PR	JAPURA	411240	7322747
PR	MARMELEIRO	411540	7347545
PR	UMUARAMA	412810	7282559
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	354870	7409745
Total: 23			

PORTARIA Nº 723, DE 2 DE MAIO DE 2014

Autoriza repasse financeiro contingencial do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde de 9 (nove) Municípios do Estado do Ceará para inten-sificação das ações de controle do sarampo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços cor-respondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;